

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 2 de outubro de 2020

Assunto: Audição de várias entidades - Administração Regional de Saúde do Alentejo, Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, Santa Casa da Misericórdia de Serpa - e da Ministra da Saúde sobre o Hospital de Serpa

Em 2014 o Governo, na altura PSD/CDS, decidiu entregar vários hospitais do Serviço Nacional de Saúde à gestão de entidades externas ao SNS, por exemplo as Santas Casas da Misericórdia. Um desses hospitais foi o Hospital de São Paulo, em Serpa, que no dia 1 de janeiro de 2015 passou a ser gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Serpa.

A entrega do hospital aconteceu depois de o Governo de então ter esvaziado a capacidade assistencial desta unidade (apenas como exemplo: O hospital ficou sem bloco operatório porque a tutela decidiu não contratar médicos para substituir os dois cirurgiões que saíram do serviço, transferiu várias especialidades para Beja, encerrou o laboratório e tornou o raio-x inoperacional, etc.) para depois dizer, no *Estudo de avaliação das necessidades de procura e da capacidade instalada nos serviços públicos da região* que constava em anexo ao chamado Acordo de Cooperação que, afinal, a capacidade do hospital de Serpa estava subaproveitada e, por isso, a sua gestão deveria ser entregue à Misericórdia local.

A nova entidade gestora deveria garantir, entre outras coisas, o funcionamento de um serviço de urgência básico 24 horas por dia, a cirurgia de ambulatório e um volume de 9300 consultas por ano.

Acontece que, como aconteceu noutros casos em que hospitais do SNS foram entregues a entidades semelhantes, os serviços e a assistência prestada ficaram muito aquém das necessidades da população e, no caso específico de Serpa, a situação ficou ainda marcada por um litígio crescente com a Unidade Local de Saúde e com ameaças reiteradas de encerramento de serviços que objetivamente prejudicariam a população. Em 2017 a Misericórdia local chegou mesmo a anunciar a denúncia do contrato e a tentar encerrar o serviço de urgência, coisa que só não aconteceu por causa da mobilização da população.

Entretanto terá sido elaborada uma adenda ao Acordo de Cooperação, cujo conteúdo se desconhece, no entanto, em 2020, a ameaça repete-se e a Urgência corre, uma vez mais, risco de encerrar. De facto, a partir do 1 de outubro, o Serviço de Urgência, no período entre as 0 e as 8 horas, estará de porta fechada, funcionando mediante chamada.

Esta instabilidade em que foi lançado o Hospital de Serpa, assim como a constante ameaça sobre o serviço de urgências e sobre a prestação de cuidados à população são inconcebíveis.

O Bloco de Esquerda tem defendido que as instituições do SNS devem ter gestão pública e não devem ser entregues a outras entidades; temos defendido ainda a reversão dos processos de entrega efetuados entre 2014 e 2015, proposta que já chegamos a apresentar na Assembleia da República, nomeadamente sobre o hospital de Serpa. O Governo do Partido Socialista disse, na altura, que iria avaliar os hospitais entregues a Misericórdias para aferir da 'mais-valia' desses acordos. Importa perceber se, mesmo depois de episódios vários que ameaçam os serviços do hospital de Serpa, o Ministério da Saúde continua a ver alguma vantagem neste acordo.

Toda esta situação tem de ser esclarecida, a bem da saúde da população. Esclarecida a atual situação do Hospital de Serpa, a relação entre este hospital e a ULSBA, os contornos da adenda ao acordo que foi fruto da ameaça anterior da Misericórdia, assim como a avaliação e intenção do Governo para este hospital em concreto.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição de várias entidades - Administração Regional de Saúde do Alentejo, Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, Santa Casa da Misericórdia de Serpa - sobre a situação do Hospital de Serpa e da Ministra da Saúde sobre a avaliação aos hospitais do SNS entregues à gestão de Misericórdias

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira

